

**O ACAMPAMENTO E A ESCOLA ÍTINERANTE DO MST NA ESPERA DA REFORMA
AGRÁRIA**

**THE CAMP AND ITINERANT SCHOOL OF THE MST WAITING FOR AGRARIAN
REFORM**

**EL CAMPAMENTO Y ESCUELA ÍTINERANTE DEL MST EN ESPERA DE REFORMA
AGRARIA**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.51361>

Vanderlei Amboni¹

Resumo: Este estudo reflete sobre os acampamentos e as escolas que brotam na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por conquista da terra. Interessa discutir a existência da vida sob condições adversas no acampamento e a escola conquistada neste processo. Para nossas reflexões, serão utilizados documentos do MST, do Estado, da pedagogia soviética e de estudiosos sobre o tema Escola Itinerante. Importa também conhecer as lutas da reforma agrária e da escola pública conquistada e os elementos constitutivos da organização da Escola Itinerante. Com isso, o resultado esperado é a significação social das lutas por terra e educação no MST e o surgimento de uma nova estrutura agrária e educacional no campo sob valores camponeses.

Palavras-chave: MST. Acampamento. Escola Itinerante.

Abstract: This study reflects on the camps and schools that spring up in the MST's struggle for land. It is interesting to discuss the existence of life under adverse conditions in the camp and the school won in this process. For our reflections, documents from the MST, the state, Soviet pedagogy and scholars on the theme of the Itinerant School will be used. It is also important to know the struggles of agrarian reform and the conquered public school and the constituent elements of the organization of the Itinerant School. With this, the expected result is the social significance of the struggles for land and education in the MST and the emergence of a new agrarian and educational structure in the countryside under peasant values.

Keywords: MST. Camp. Itinerant School.

Resumen: Este estudio reflexiona sobre los campamentos y escuelas que surgen en la lucha del MST por la tierra. Es interesante discutir la existencia de vida en condiciones adversas en el campamento y la escuela ganada en este proceso. Para nuestras reflexiones se utilizarán documentos del MST, el estado, la pedagogía soviética y los estudiosos sobre el tema de la Escuela Itinerante. También es importante conocer las luchas de la reforma agraria y la escuela pública conquistada y los elementos constitutivos de la organización de la Escuela Itinerante. Con ello, el resultado esperado es la trascendencia social de las luchas por la tierra y la educación en el MST y el surgimiento de una nueva estructura agraria y educativa en el campo bajo valores campesinos.

Palabras clave: MST. Acampar. Escuela Itinerante.

Introdução

A Escola Itinerante só se materializou na ocupação do latifúndio da terra, pelo povo organizado e passou a ser compreendida como uma escola presente no processo de reforma agrária, e nela fez sua trajetória, mediada por relações de contradição com ela mesma, o Estado e o próprio Movimento. Remetem-se o olhar para Escola Itinerante, buscando perceber possíveis vínculos entre o Movimento e as culturas ali presentes (que vão se tornando uma cultura comum) e que, na relação com a escola, constituíram a Escola Itinerante. (GEHRKE, 2010, p. 69).

O presente trabalho é fruto dos estudos realizados junto as Escolas Itinerantes do MST no Paraná e no grupo de estudos e pesquisas sobre educação no campo. A questão central por nós desenvolvida e problematizada tem por objetivo compreender o processo constitutivo do acampamento e da escola itinerante do MST, cuja centralidade é a luta pela existência da vida material no país do latifúndio. O Brasil é uma fonte de concentração da propriedade fundiária além da grilagem de terras devolutas, o que torna a luta pela terra uma questão essencial para democratizar o acesso à terra e combater as desigualdades presentes na vida material da sociedade, sem o qual não haverá paz no campo. Na luta social por terra há o processo de ocupação da área e a organização da estrutura do acampamento e do trabalho pedagógico para se viver em acampamento, dentre elas, a produção da vida material e a organização da escola como processo de formação e escolarização formal dos acampados. Por isso, temos a compreensão que só o processo de ocupação das terras realizadas pelos movimentos sociais levará as autoridades políticas a voltarem os olhos para os problemas do campo e a miséria social que o latifúndio produz na sua existência.

Neste processo, ocupar o latifúndio, produzir a vida material, resistir na caminhada, e construir a escola do Movimento são elos da luta por reforma agrária. Para esse fim, o ponto de partida é analisar os sujeitos desta luta, bem como os pesquisadores que fizeram a caminhada no estudo da escola, que o próprio Movimento a denominou de Escola Itinerante. A pesquisa foi realizada pelo método histórico-dialético, cuja premissa está estabelecida pelo processo de investigação e exposição do objeto, conforme o leitor poderá ler abaixo.

O acampamento na terra ocupada pelo MST

O acampamento é o lugar onde está a denominada Escola Itinerante. O acampamento não é um local fixo, pois se constitui numa das formas de luta pela reforma agrária que os sem-terra utilizam até que haja a desapropriação do terreno, para que eles permaneçam de forma definitiva no local, que será, então, denominado assentamento. Muitas vezes, a desapropriação não acontece e os acampados são forçados a migrar para outras áreas. Isso ocorre muitas vezes, daí a importância da Escola Itinerante, pois, pela sua mobilidade, ela poderá acompanhar o acampamento em todos os locais onde este vier a se fixar. (IURCZAKI, 2007, p. 91).

Para início das reflexões sobre o acampamento e escola itinerante do MST cabe uma pergunta: O que é acampamento? O acampamento é, na verdade, uma cidade de lona preta, conforme o caracteriza Stédile e Frei Sérgio (1993, p. 61), que sustentam que é “[...] uma verdadeira cidade de barracos de lona, com uma população variável entre quinhentas e oitocentas pessoas, homens, mulheres e crianças organizados após uma ocupação de terra, com o objetivo de levar a luta iniciada com a ocupação. [...]”. Portanto, o acampamento é uma área ocupada e passa a ser um território em disputa pelos movimentos sociais em luta pela terra no Brasil. Sua origem está na ocupação do latifúndio, que tem por objetivo, segundo

Stédile e Frei Sérgio (1993, p. 59) “negociar com os governantes saídas para os problemas dos sem-terra e tornar produtivas terras ociosas”. Nesta perspectiva, Bahniuk (2008, p. 12) assevera que o “acampamento compreende uma área ocupada e que não se encontra legalizada judicialmente. É uma forma característica de pressão exercida pelo MST, com vistas a garantir a desapropriação de terras e, conseqüentemente, o assentamento de diversas famílias”.

Nesta perspectiva, Fernandes (2001, p. 6) diz-nos que “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento”. Dessa forma, a ocupação em si é um ato de desobediência civil diante das leis estabelecidas no país. Mas, a ocupação, também, é um ato de insurgência pela preservação da vida material dos camponeses, que têm na posse da terra os meios necessários à sua reprodução humano-material e social. Como toda ocupação do espaço traz uma institucionalidade, o acampamento também traz sua forma de instituição, no qual há uma construção coletiva na sua organização “a partir de núcleos de base, que envolvem de 10 a 30 famílias, quase sempre a partir do município de onde vieram os acampados”. (STÉDILE, FREI SÉRGIO, 1993, p. 68). Nesta ação, Weide (1998, p. 72) escreve: “Ocupações e acampamentos de Sem-Terra são atitudes coletivas que têm a intenção de resolver um problema social, fruto da concentração e da falta de uma política agrária que resgate o valor social da terra”. Por isso, sua organização é um processo que exige consciência de classe nos esforços coletivos de sua constituição. Com efeito, Fernandes (2001, p. 6) diz-nos que “ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação”.

Neste aspecto, Weide (2009, p. 09) afirma:

A organização de um acampamento não é algo que acontece de uma hora para outra. Não basta reunir um grupo de camponeses dizer-lhes que são Sem Terra. O trabalho é lento e perseverante. Passa por um processo de conscientização dos agricultores, começando antes do Acampamento. A condição para que se organize um Acampamento é o reconhecimento do homem do campo como um Sem Terra, o que é difícil. Exige a superação de traços marcantes da ideologia dominante que durante anos foi incutida como vergonhosa, sendo ilegal e subversivo organizar-se em grupos para reivindicar seus direitos.

Percebe-se nas palavras de Weide que ações prévias são imprescindíveis para romper os medos na construção do projeto de ocupação. Por isso, as ações da frente de massas do MST, no trabalho de emulação à ocupação e a construção do acampamento pressupõem o rompimento do silêncio ideológico imposto aos pobres do campo pelo domínio do medo, cuja centralidade é sua submissão aos dogmas religiosos de uma igreja que conforta os pobres para a reprodução do capital enquanto relação social dominante. Na luta pela vida, este rompimento é o ponto chave da luta social na organização política dos Sem Terra. Na luta social pela terra juntam-se homens, mulheres muitas vezes desconhecidas entre si, mas que veem no horizonte o renascer de uma vida compartilhada entre si, na qual ressignificaram todo o sentido da existência social em grupo sob uma identidade comum a todos, incluindo uma outra concepção do

religioso, que não mais oprime, mas é sinal de libertação dos dogmas, sobre a propriedade privada da terra. Neste processo, a emulação presente nas místicas ressignificam a religiosidade e a luta por reforma agrária nos acampamentos. Neste sentido, Gehrke (2010), escreveu que o acampamento é uma expressão viva que o sistema capitalista produziu no processo de exclusão social, mas também é a expressão mais forte de organização e de resistência deste povo que luta pela vida, não aceitando a condição de marginalização como sendo o fim da história, por isso se juntaram para lutar pela terra e criar as condições de transformação social.

Dessa forma, imprimir uma nova concepção de relação de trabalho e de sociedade é parte constitutiva do ideário do MST na luta pela terra. “A ocupação era e é a primeira ação de itinerância, pois a família decide, ou melhor, é levada a entrar na luta, por necessidade, a qual exige organização das famílias”. (GHERKE, 2010, p. 53). Com efeito, Fernandes (2001, p. 6) diz-nos que a “ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra”. Reflete, portanto, uma qualidade presente nos sem-terras, que é a capacidade de mobilizar e organizar-se para a conquista da terra, e uma das possibilidades reais é a ocupação da terra e na espera da reforma agrária torná-la produtiva. Mas a luta pela vida não se resume na ocupação, pois é preciso resistir e produzir, fato este que Stédile e Frei Sérgio (1993) diz-nos que o acampamento se sustenta com trabalho dos próprios acampados, cujo resultado se converte em alimento para sustentar a luta e a dignidade dos habitantes da cidade de lona preta. Deveras, Bahniuk (2008, p. 31) também afirma que os acampamentos do MST são “[...] frutos de uma organização prévia, que emerge logo após uma ocupação. Caracterizam-se por barracas de lonas pretas que servem de moradia para as famílias acampadas e também pela presença de símbolos do MST, em especial as bandeiras do Movimento, que demarcam a terra ocupada.” Portanto, realizada a ocupação de terra e montado o acampamento, sua organização se centra nos princípios da democracia direta, com a participação de todos no processo de tomada de decisão, que é sempre coletiva, na divisão das tarefas e das responsabilidades de cada núcleo, possuindo uma direção coletiva.

Os princípios que orientam a luta pela terra guiam também a organização interna, e este processo mantém o direcionamento político do MST a partir das bases que projetam as lideranças do acampamento. Neste sentido, Morissawa (2001) vê o movimento interno no cotidiano do acampamento e as relações externas que as coordenações devem realizar como processo de organização e encaminhamento das lutas sociais por terra. Diante disso, ela assevera:

Há ainda um sistema de coordenação geral do acampamento, responsável por dar unidade ao trabalho das várias equipes, encaminhar as lutas, negociar com o governo e relacionar-se com a sociedade. Essa organização envolve: a Assembleia Geral do acampamento (órgão máximo de decisão que se reúne periodicamente); os líderes dos núcleos que se reúnem também de tempos em tempos, encaminham o dia-a-dia do acampamento, mantêm os núcleos informados das negociações; e a Coordenação do Acampamento, eleita pelos acampados. (MORISSAWA, 2001, p. 200).

Dessa forma, a educação no acampamento é um momento singular na formação do MST enquanto organização de massas, pois consegue apontar outros caminhos de luta por dignidade para os Sem Terra e, dentre estas, a escola como processo de sociabilidade e de apropriação do conhecimento que a

humanidade produziu na sua totalidade, isto é, sem os elementos ideológicos existentes na escola burguesa, que está a serviço da reprodução do capital enquanto hegemonia social. E escola é, para o MST, o polo que traz a formação do novo homem para a construção da nova sociedade, integrando os Sem Terra na unidade coletiva, mesmo vivendo uma diversidade política e religiosa distintas entre si. Traz, consigo as contradições presentes na sociedade. Neste processo, as lutas de classes são centralidades na luta por terra entre o MST e a estrutura fundiária existente no Brasil, cujo embate o Movimento passa a reivindicar a descentralização da terra via reforma agrária em seu projeto de construção de um novo social. A luta de classe presente no campo manifesta as contradições entre capital e trabalho no campo, cuja presença tem os polos do agronegócio e os povos do campo em sua diversidade. Com efeito, Cury (2000, p. 30) destacou:

[...] A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. Assim, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinação e negação do outro. As propriedades das coisas decorrem dessa determinação recíproca e não das relações de exterioridade.

Por isso, Stédile e Frei Sérgio (1993, p. 91) diz-nos que no MST há uma consciência crescente da importância estratégica da luta por educação presente na luta da reforma agrária, na viabilização constitutiva dos assentamentos com a construção de novas formas de relações e convivência social como sujeito e cidadão para poderem participar na vida política do país, com a formação do homem novo para vivenciar uma nova ordem social, democrática e socialista.

Deveras, nesta perspectiva, o acampamento expressa a luta singular pela terra, que é orientada pelas palavras de ordem *ocupar, resistir, produzir*. Mas esta luta, por si só, era incompleta, sendo necessária criar as bases também de seu projeto educacional. Nesta perspectiva de ação, para o MST foi preciso construir uma unidade educacional e, com isso, formar uma nova consciência humana nos acampamentos, passo imprescindível e fundamental para seu projeto social, procurando dar ao trabalho uma nova dimensão social, estimulando o trabalho coletivo como modo de produção da vida material. Aliado a isso, a escola itinerante, com suas atividades pedagógicas associadas ao trabalho intencionam a formação de um novo sujeito social no interior da sociedade capitalista. Neste sentido, Gehrke (2010, p. 69) escreveu:

A Escola Itinerante fora determinada por um momento histórico, pensada, projetada desde uma necessidade histórica; por isso, a ausência de políticas públicas de educação para os trabalhadores do campo marcou o movimento de luta pelo direito à educação e escola, e as formas de luta foram marcando a organização do trabalho escolar itinerante.

Não obstante, Weide (1998, p. 07) escreveu “nos Acampamentos de Sem-Terra do estado do Rio Grande do Sul, busca-se construir um Fazer Pedagógico onde as atividades educativas estejam numa constante interação com a prática social e política desenvolvida na histórica caminhada de luta dos acampados. [...]” Portanto, é uma escola com um fazer pedagógico diferente, uma escola nova, que podemos dizer uma escola emancipada da tutela governamental, uma escola feita pelos sujeitos do campo, com o jeito de ser do campo e uma escola para os sujeitos do campo. Mas esta escola, diferente no seu jeito de se fazer, de ser e de caminhar, é uma escola que se institucionalizou junto ao Estado, isto é, obteve sua legalidade na esfera pública, sendo reconhecida oficialmente pelos órgãos normatizadores da educação, no

âmbito do Estado. A partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9394/96, a educação do campo ganhou força política com as diretrizes operacionais para a educação do campo, de 2002.

A escola itinerante institucionalizada no acampamento do MST e o fazer pedagógico

A Escola Itinerante é fruto de um processo reflexivo desenvolvido ao longo dos quinze anos de Acampamentos de Reforma Agrária onde se refletiu a necessidade de um fazer pedagógico diferente das práticas tradicionais, incorporando ao processo educativo a realidade vivenciada pelo aluno, os elementos ligados a realidade do meio rural e a própria caminhada desenvolvida na luta pela Terra. (WEIDE, 1998, p. 115).

Neste ponto de reflexão, nosso objetivo é pontuar as análises feitas pela pesquisa acadêmica sobre a prática pedagógica do interior da escola itinerante regulamentada pelo Estado, uma vez que o reconhecimento da escola implica no controle estatal sobre a prática pedagógica por meio da avaliação. A escola estatal não é livre, pois as determinações do fazer pedagógico partem das diretrizes educacionais emanadas dos órgãos legislativos da educação, que estão centralizados no MEC e nos Conselhos Estaduais de Educação, além das normas baixadas pelas Secretarias Estaduais de Educação. Há, portanto, uma determinação legal, cuja regulamentação passa pelo crivo do Estado e seus órgãos normatizadores. Isto implica em afirmar que a educação possui uma determinação social de classe, cuja diretriz se liga aos interesses dos preceitos liberais, formando o homem na sua dimensão individual e orientada pela individualidade, negando atitudes coletivas no processo de formação intelectual do sujeito aprendente.

Diante disso, pergunta-se: é possível um fazer pedagógico na escola pública que fuja aos padrões pré-determinados? Na escola itinerante, esta evidência está posta no seu nascimento, quando o Conselho Estadual de Educação (CEED), no Rio Grande do Sul, deu parecer favorável à implantação, pelo Estado, da escola itinerante nos acampamentos do MST. Ou seja, o CEED levou em consideração as práticas escolares existentes nos acampamentos do MST e o projeto pedagógico construído coletivamente nos encontros dos Sem Terrinha, que foram realizados nos anos de 1994 e 1996, no Rio Grande do Sul. Nestes encontros, segundo Ribeiro (2012), foi debatida e construída a proposta pedagógica para a escola itinerante, principalmente para as quatro séries iniciais do ensino fundamental e a EJA para os analfabetos, visando “proporcionar ao aluno oportunidade para construir-se, como ser capaz de compreender e interpretar o processo histórico, comparando, analisando, interpretando e transformando a realidade, sendo a escola um espaço de aprendizagem e exercício da cidadania.” (MST, 2005, p. 195). Mas, a institucionalização da escola itinerante não se dá de forma harmoniosa, pois é uma escola na contradição, e está inserida diretamente na luta de classes por terra.

O Estado age de acordo com os interesses da classe dominante e impõe restrições e limites na oferta escolar, além de exercer o controle sobre o pedagógico, por meio das avaliações institucionais. Mas isso não impede a escola itinerante uma certa liberdade e ação pedagógica distinta da oficial. Ela contém elementos da pedagogia socialista soviética, cuja centralidade traz o trabalho como princípio pedagógico, a auto-organização, complexos de estudo e o inventário da realidade nas práticas pedagógicas. Não obstante, Iurczaki traz a dimensão da prática pedagógica como “desalienação”, pois nela há uma intencionalidade pedagógica e, esta se propõe a desvelar a exploração de classe e o modo de produção capitalista. Isto

pressupõe uma escola comprometida com seus sujeitos e a “escola itinerante é uma marca na caminhada, ela é um desafio e tem limites” (MST, 2005, p. 197). Nesta caminhada pedagógica, construída sobre as condições reais da produção da vida material no qual juntas caminham, passam por necessidades, frio e esperam, mas celebram, fazem festa e “a cada dia enfrentam um novo desafio que os faz pensar novas estratégias e o que fazer para alimentar a esperança e a autoestima, necessárias, porém, para ficar tanto tempo em baixo de lonas pretas”. (MST, 2005, p. 197). Refletindo sobre isso, Iurczaki (2007, p. 85) salienta:

A prática pedagógica que norteia o trabalho na Escola Itinerante e nas escolas do MST tem a intenção de desvelar a opressão em que os acampados estão. Assim, a partir do cotidiano dos alunos e das famílias dos acampados, analisado, estudado e entendido na escola, vem-se buscando a formação humana, a formação do homem consciente e transformador.

Deveras, para o MST, o pedagógico é próprio do movimento, pois “nosso jeito de ensinar e de aprender na Escola Itinerante se dá através da realidade que vivemos e de nossas práticas. Nosso fazer, nosso saber”. (MST, 2005, p. 195) e isto se faz por meio de conteúdos formativos e socialmente úteis, por isso o currículo deve orientar a prática pedagógica da escola, que tem como sala de aula o barraco de lona preta, as marchas, o meio da rua, as quadras de futebol. Em suas reflexões, Wiede (1998) assevera que o currículo foi desenvolvido de forma interdisciplinar, no qual buscou-se superar a fragmentação do conhecimento por meio de práticas pedagógicas, que unem a teoria e a prática numa construção que contempla todos os aspectos da dimensão humana. Faz-se necessário, portanto, enfatizar que os conteúdos se dão a partir do contexto social e cultural do aluno, oportunizando a leitura da realidade e da situação histórica de forma ampla, atingindo, assim, a pessoa na totalidade. Ou seja, a questão da terra e a luta pela vida se tornam conteúdos escolares, que ressignificam a escola nos espaços da luta da reforma agrária e a própria formação escolar na formação do sujeito histórico e do MST.

Nesta lógica caminhou o processo de reconhecimento da escola itinerante do MST junto ao estado do Rio Grande do Sul, cujo interesse se associa com o propósito da luta por reforma agrária. O Parecer de institucionalização da Escola Itinerante, emitido pelo CEED traz:

A proposta metodológica é embasada no processo dialético, no qual as criações e as construções acontecem após a superação de conflitos. Caberá, portanto, aos educadores considerar o modo de pensar dos educandos, para, a partir dele, oferecer espaços para a construção do conhecimento. É também importante que os educadores sejam sujeitos ativos e criadores, inclusive em relação ao seu próprio processo de construção de conhecimento. (RIO GRANDE DO SUL, 1996, p.04).

Desse modo, conquistada a escola dentro dos parâmetros propostos pelo MST, nos marcos da escola pública estatal, o CEE ressaltou a importância de uma proposta pedagógica com base na dialética, que traz, ao mesmo tempo, o conhecimento e as práticas de trabalho e da produção da vida material no interior do MST e apontou o conhecimento como fundamento da prática pedagógica para a construção do ser social. E esta prática se dá por meio da transmissão do conhecimento que a humanidade produziu e sistematizou como forma pedagógica. Mas este fazer pedagógico traz algo novo, que é a unidade dialética do trabalho, cujos princípios se fundamentam no trabalho coletivo, auto-organização e vida comunitária, o que traz para o ensino um processo de reflexão sobre os aspectos socioeconômicos, nos modos de produção da vida material, pois a Educação é um fenômeno social da superestrutura que precisa ser socializado no

sentido do mundo do trabalho. Neste processo, educar é humanizar-se, posto que não nascemos humanos, nos fazemos humanos aprendendo a ser em todos os tempos e lugares no processo de existência d vida material. (MST, 2005). Processo esse que Iurczaki (2007, p. 79-80) acentua a importância na atuação transformadora, pois

O conhecimento é o fundamento da prática pedagógica, que, por sua vez, tem a função de transmitir conteúdos sistematizados, fazendo com que o aluno seja capaz não só de compreender a realidade que o cerca, mas também de sentir-se parte desta realidade, reconhecendo-se nela como elemento que articula e que pode transformá-la politicamente e economicamente. Uma das formas pelas quais isso pode ocorrer é a educação escolar, que possibilita a articulação entre a realidade vivida e o conhecimento por meio do processo de ensino-aprendizagem.

O conhecimento se traduz em conteúdos nas práticas escolares no interior das escolas. E os conteúdos, dependendo da forma e do método de ensiná-los, podem separar da vida real, deslocando o conteúdo do mundo real para elevá-los ao plano da abstração. Isto pode tornar a escola estéril e reprodutora da ordem social dominante, pois o domínio se expressa na forma de comunicação dada. Ou seja, a palavra não é solta, deslocada no mundo, ela é um produto cultural e como tal, está a serviço da ordem social dominante, sob a qual, os interesses materiais se sobrepõem socialmente. Portanto, a reflexão sobre a escola e seu método pedagógico direciona para uma complexa compreensão de sua natureza, posto que sua existência material se objetiva para determinados fins, que reflete o pensamento dominante em determinado modo de produção da vida material. Não obstante, Luciano (2007, p. 109), argumenta:

[...] nas escolas tradicionais existe a fragmentação dos conteúdos, as idéias soltas, sem relação com a vida concreta, as quais levam a educação ao vazio e sem sentido. Deveria ser o contrário, ser exatamente uma prática educativa de formação humana que possibilitasse a autonomia dos indivíduos e uma prática voltada ao desenvolvimento sustentável das sociedades. É necessário que a escola inclua as ferramentas culturais e históricas para que as pessoas possam compreender a realidade como algo ligado ao seu processo histórico, que descubram a si mesmas.

Com isso, o autor reafirma que a organização de qualquer instituição social passa pela constituição de regras estabelecidas pela sociedade ou grupo social que a compõe. Assim, a vida social traz como componente as regras de controle social para o desenvolvimento e organização de quaisquer atividades humanas. Neste sentido, o homem é um ser que se forja no trabalho e, neste processo, ele se humaniza (ou desumaniza) na relação social de produção. Cria as instituições e, no processo de criação, perde a identidade de criador e se torna criatura. Portanto, desde a origem, por ser social, necessitou criar as instituições para dar resposta aos seus anseios. As instituições são históricas e, portanto, efêmeras no âmbito social.

A escola é uma resposta às necessidades do homem para transmitir às gerações futuras o conhecimento e a cultura que os homens produzem no seu devir histórico, pois a sociedade educa e o processo de educação é um ato intencional na vida social. Em sociedades de classe, como a nossa, a escola não é neutra, pois as relações determinantes impõem um padrão cultural que se tornam universal pelo processo ideológico difundido pelos aparelhos do Estado. Por isso, os projetos de escola e da forma de difusão do conhecimento estão em disputas na sociedade capitalista.

No processo de “conhecer”, está implícito o trabalho e, com ele, o caráter emancipatório do homem, pois “a emancipação do homem se dá a partir do conhecimento científico historicamente

acumulado e de suas relações sociais. O homem se humaniza por meio do conhecimento e só este lhe oferece a oportunidade de reflexão da realidade vivida”. (IURCZAKI, 2007, p. 82). Na sociedade capitalista, uma das formas de difusão do conhecimento sistematizado é a escola. O projeto de escola da burguesia atende aos seus interesses posto que, historicamente, ela existe para a reprodução social da ordem capitalista. Na ordem social burguesa, a escola cumpre com sua função social, que é formar homens e mulheres de forma dual. A escola da burguesia é uma escola dominante, que forma para o mando cultural, político, ideológico e econômico. Mas o MST tem para as escolas de acampamento um projeto de escola diferente, pois suas práticas escolares têm como foco a formação humana, isto é, um processo que leva em consideração a formação omnilateral, pois “o novo que se está experimentando é que o conhecimento vem junto com a prática. Ao mesmo tempo em que as crianças estudam, exercitam aquilo que aprenderam”. (MST, 1987, p. 15). Neste processo, a escola procura influir pedagogicamente no mundo escolar por meio do trabalho direcionado como princípio pedagógico, onde o fazer escolar se torna unidade de produção de conhecimento e trabalho, cujo campo e locus explicitam-se a aplicação do conhecimento da cultura campesina.

A escola diferente está no sentido de sua organização, pois tem que criar o novo a partir da relação com a comunidade acampada, fortalecendo a democracia nas suas relações internas, tornando-se um espaço de horizontalidade entre seus sujeitos, trazendo a participação direta no fazer pedagógico e na organização da escola como uma instituição estatal no interior do movimento.

Mas para a escola ser um espaço de construção do novo homem e da nova mulher desafia-se a superar hábitos negativos como os do individualismo, da acomodação e da corrupção que atrapalham o avanço de processos dialógicos, democráticos e participativos. Cabe a escola, enquanto espaço fértil para o novo, a gestão, a recuperação, a vivência e o desenvolvimento de novos valores como os do companheirismo, da solidariedade, da responsabilidade, do trabalho coletivo e da justiça; levando os alunos a uma valorização da consciência organizativa. [...]. (WEIDE, 1998, p. 78).

Deveras, a Escola Itinerante vive a cotidianidade da luta pela terra, portanto, vive o tensionamento social e o conflito de classe no acampamento, sob o qual determina alguns conteúdos da prática pedagógica. Neste processo, destacamos a presença da escola itinerante nas praças de pedágios, nas ocupações de prédios públicos, lutas reivindicatórias por reforma agrária, crédito etc. A escola se faz também nas lutas do MST, cuja prática pedagógica, é pautada pelas lutas sociais, o que faz do Movimento um conteúdo escolar. Com efeito, Iurczaki (2007, p. 85), diz-nos que “a prática pedagógica que norteia o trabalho na Escola Itinerante e nas escolas do MST tem a intenção de desvelar a opressão em que os acampados estão” e a partir do cotidiano dos acampados vem-se buscando a formação humana na sua plenitude, a formação do ser social omnilateral, do homem consciente e transformador.

Não obstante, Gehrke (2010, p. 85) nos traz que

A atualidade do acampamento encontra-se na relação com a concentração da terra e da renda neste país. A atualidade das crianças acampadas traz a marca da ausência de políticas de educação, ocupam-se de sua infância, escrevendo reivindicações, pautas de negociação, escrevendo e gritando palavras de ordem para serem ouvidas, mas nem sempre atendidas. Mesmo não sendo ouvidas, escrevem como forma de existência humana, fazem história, e sua escrita atende propósitos, sendo que isso se constitui em

formar para atualidade, importante aspecto identificado na investigação como marca da organização escolar itinerante.

Deveras, salientamos que o fazer pedagógico da escola itinerante tem a marca da luta pela terra, pois a materialidade da vida dos acampados se traduz na luta pela sobrevivência de um grupo social marginalizado socialmente pela sua condição de ser social, que está ligado a uma organização de massas que questiona o sistema social, o apartheid educacional e a concentração fundiária no país. Nesta luta, a escola itinerante se faz presente com uma organização curricular que associa trabalho e educação, com seus tempos e núcleos internos que as movem e as estruturam para cumprir com sua função social.

Na organização da escola do MST há várias pedagogias, o Movimento é uma grande escola. Em todos os atos há uma pedagogia específica, mas a mais significativa é a formação do novo homem, cujos valores fortalecem e dão a identidade dos lutadores do povo enraizados no passado com projeto de futuro, uma identidade [MST] e duas unidades [reforma agrária e agroecologia]. No Caderno de Educação nº 09 (1999), O MST propõe um novo modelo escolar, com as seguintes ações que solidificam as organizações dos educandos, professores e da comunidade, ressignificando a ocupação do espaço escolar, planejando vida comunitária coletiva, solidária e democrática.

Para esse fim, traz 4 referências: 1. *Estrutura Orgânica*: Consiste nos princípios da gestão democrática, auto-organização dos estudantes, coletivos pedagógicos, direção coletiva [um homem e uma mulher] e na divisão de tarefas. Este processo fortalece a organização dos acampamentos e traz uma unidade de trabalho e educação. 2. *Ambiente Educativo*: Consiste no processo de formação humana associado ao projeto do MST. Nele traz: A mística e seus valores; tempos educativos [tempo aula, tempo trabalho, tempo oficina, tempo esporte/lazer, tempo estudo, tempo mutirão, tempo coletivo pedagógico]; os espaços físicos; as relações [cultura, comunicação, ecologia, mística, educação de jovens e adultos, luta, trabalho, capacitação, serviços internos e externos]; educandos com tarefas especiais e, por fim, avaliação. 3. *Trabalho/produção*: Consiste na matriz formativa do trabalho e aponta para a importância do trabalho em seus diversos espaços de produção da vida material e nos espaços de gestão, família ou trabalho voluntário. Neste processo, valoriza a cooperação, a agroecologia e o trabalho coletivo. 4. *Estudo*: Consiste em modelar os estudos sob os princípios organizativos do trabalho, organização pedagógica para além das aulas, com uma dinâmica extra-escolar, cujo objetivo é o envolvimento da comunidade estudantil na produção do conhecimento.

A escola burguesa possui um tempo-escola centrado na sala de aula e no recreio. A sociabilidade das crianças se dá nestes espaços de convivência escolar, cuja materialidade é a escola. A escola do acampamento traz outro componente, o caráter da provisoriedade e da imprevisibilidade, pois as circunstâncias da vida no interior do acampamento constroem uma nova relação social e de convivência, uma vez que a cidade de lona preta é sitiada pelo medo e incerteza, mas também pela esperança. Esta esperança a faz construir os espaços de reprodução da vida material e espiritual, desenvolvendo a organização escolar nas condições históricas de sua materialidade. No acampamento, a história é escrita com letras indeléveis de dor e de sangue e sua materialidade se dá em um processo de contradição social e de interesses opostos no sentido de interesses de classes. A escola itinerante se materializa como escola no acampamento com controle social do Estado feito pela escola-base, como escola ordenadora do processo

pedagógico, administrativo e financeiro das escolas itinerantes. Mas qual a função social da escola-base na organização da escola itinerante? Vejamos:

Quem acompanha e responde institucionalmente pelas Escolas Itinerantes é a Escola Base, geralmente localizada em um assentamento e que assume também a proposição de Educação do MST. A Escola Base possui um único Projeto Político Pedagógico que inclui as Itinerantes a ela vinculadas. Destina-se à Escola Base a função de agregar a documentação dos alunos (matrículas e transferências) e da equipe pedagógica, de administrar a verba destinada para as Escolas Itinerantes, além de ser a responsável pela certificação dos educandos. (BAHNIUK, 2008, p. 42).

A escola-base tem uma importância vital para a manutenção da escola itinerante, justamente pelo seu caráter de provisoriedade e imprevisibilidade da vida material nos acampamentos. Mas esta escola, para cumprir com sua função social, que é a transmissão do conhecimento produzido e acumulado pelo homem no seu devir histórico, que foi sistematizado para atender os princípios da escola burguesa, necessita criar os procedimentos de acesso e a graduação do processo pedagógico ligado à temporalidade da existência humana. A pesquisa demonstrou que este processo se faz de forma distinta entre os Estados do Sul, na qual o Rio Grande do Sul optou pelo regime de etapas (seriação); Em Santa Catarina pelas classes multisseriadas e o Paraná pelos ciclos de formação humana. A organização pedagógica, portanto, traz a força do MST em cada Estado, pois, a escola itinerante é uma escola ocupada e conquistada no âmbito dos entes federados como uma experiência pedagógica. Na LDB 5692/71, o Art. 64 traz: “Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente Lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados”. Ancorados na lei, o MST conseguiu o reconhecimento da escola itinerante e validar o processo de ensino em seu território. Mas esse processo se deu em poucos Estados da federação. O marco inicial foi o Rio Grande do Sul, no ano de 1996.

O fazer pedagógico da Escola Itinerante no Paraná se organiza em ciclos de formação humana no processo de escolarização do educando, respeitando os ciclos da vida humana. Os ciclos constituem em uma nova forma de agrupar os educandos na medida em que se propõe a democratizar o acesso à escola e a aprendizagem no campo do Direito e da cidadania. Nele, o agrupamento das crianças e adolescentes se dá por reunião de “[...] suas fases de formação: infância (6 a 8 anos); pré-adolescência (9 a 11 anos); e adolescência (12 a 14 anos). As professoras e professores formam coletivo por ciclos, sendo que a responsabilidade pela aprendizagem no ciclo é compartilhada por um grupo de docentes [...]” (KRUG, 2002, p.17). Com efeito, Geherke, 2010, p. 80) argumenta:

[...] a ação educativa da escola se coloca em movimento, ou seja, altera as formas de organização dos sujeitos para aprender. A idade é um dos princípios de agrupamento, mas a interação entre as idades das crianças do mesmo ciclo é uma constante com os reagrupamentos. Isso por se considerar que ciclo é movimento, é processo, é relação, é agrupar e reagrupar-se para aprender e ensinar, superando a lógica da submissão da escola seriada, incorporando práticas reais de organicidade dos educandos, cooperação e organização coletiva, formando ‘com’ autonomia, não apenas ‘para’.

No processo de organização dos ciclos, o tempo-escola e tempo-vida se complementam na organização da escola, onde o fazer pedagógico se implanta a partir desta dualidade, que é resolvida pedagogicamente no processo tempo-recuperação, como meio de adequar o educando ao ciclo-vida, e ao ciclo de formação humana.

Quadro - Ciclo de Formação Humana

CICLOS DA VIDA HUMANA	CICLO DA FORMAÇÃO HUMANA	CICLO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	IDADE
INFÂNCIA	I Ciclo da Formação Humana	Ciclo único – Educação Infantil	4 anos 5 anos
	II Ciclo da Formação Humana	I Ciclo do Ensino Fundamental	6 anos 7 anos 8 anos
PRÉ-ADOLESCÊNCIA	Classe Intermediária		
	III Ciclo da Formação Humana	II Ciclo do Ensino Fund.	9 anos 10 anos 11 anos
	Classe Intermediária		
ADOLESCÊNCIA	IV Ciclo da Formação Humana	III Ciclo do Ensino Fund.	12 anos 13 anos 14 anos
	Classe Intermediária		
JUVENTUDE	V Ciclo da Formação Humana	Ciclo único – Ensino Médio	15 anos 16 anos 17 anos

Fonte: PPC Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strazak, 2009.

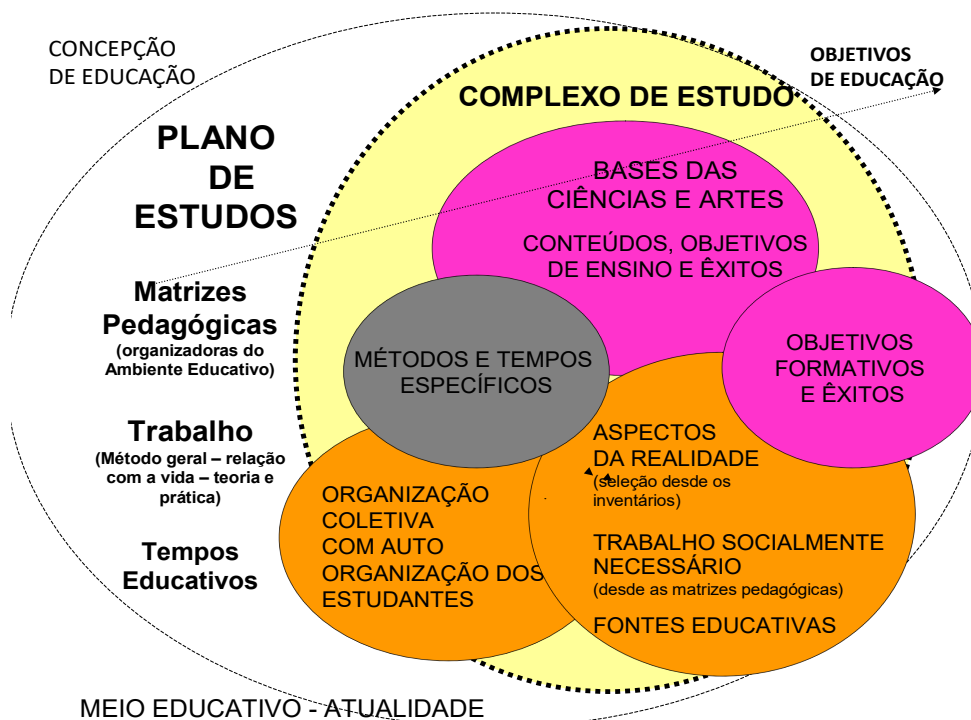
Neste fazer pedagógico, os tempos presentes na escola são elos constitutivos da prática educacional, cujo sentido é a valorização do sujeito aprendente no seu processo de crescimento intelectual ligado ao ciclo da vida e educacional, presente no calendário escolar da escola itinerante. Nele, não está contido a escola de alternância, e o tempo escola-trabalho. A ação educativa na escola itinerante é um todo, pois a escola se faz permanente em acampamentos, cuja luta social por terra também é encampada. O fazer pedagógico, também traz uma nova sociabilidade, que representa vida na comunidade. Ela é sinônimo de unidade que se transforma em mobilidade e organização dos espaços educacionais.

Outro aspecto que se destaca no processo de ensino-aprendizagem é o complexo de estudos. No plano de estudos que o MST (2013, p. 10) organizou para as escolas itinerantes, traz que “[...] a educação é pensada no plano da formação humana e não apenas da instrução ou mesmo do acesso ao conjunto da produção cultural de uma sociedade. Educação é, em síntese, um processo intencional de busca do desenvolvimento multilateral do ser humano [...]”. Por “[...] processo intencional quer dizer que é planejado e organizado objetivamente, e na perspectiva, por coletivos, em uma direção determinada, com objetivos explícitos”. Neste processo, “Juntando as duas reflexões podemos dizer que educar é por em ação organizada, e em determinada direção histórica, as matrizes formadoras ou constituidoras do ser humano” (MST, 2013, p. 11).

Mas o que é complexo de estudos? Os complexos são concebidos como “a complexidade concreta dos fenômenos, tomados da realidade e unificados ao redor de um determinado tema ou ideia central”. (NARKOMPROS, 1924, apud FREITAS, 2009, p. 36). Nas sociedades de classe, a natureza pedagógica traz elementos da contradição e, por isso necessitam ser ocultados. A pedagogia soviética traz, com os complexos, o desocultamento do mundo real e concreto. O MST assume em sua pedagogia também os complexos, pois compreende que a escola do capitalismo oculta a complexidade e as contradições presentes

na vida real, o que impede à sociedade o conhecimento sobre o real e sua relação com as classes dominantes. Nesta perspectiva, o MST produziu o seguinte quadro:

Figura: Esquema da proposta da Unidade Complexos de Estudos



Fonte: Plano de estudos da escola itinerante

Em relação à auto-organização da escola do trabalho, o que tem de novo é o sentido da ação pedagógica no espaço escolar, cuja centralidade é a aptidão para trabalhar coletivamente e isto só se adquire no trabalho coletivo. (PISTRAK, 2003). Por isso, a auto-organização é um processo que se constrói a partir de três qualidades, conforme indica Pistrak, que são: “aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; aptidão para analisar cada problema novo como organizador; aptidão para criar as formas eficazes de organização”. (PISTRAK, 2003, p. 41). Mas isto só se torna viável se “a auto-organização for admitida sem reservas”, pois é preciso reconhecer “que a criança e, sobretudo, o adolescente, não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida”. Neste sentido, devem organizar esta vida. “A auto-organização deve ser para eles um trabalho sério, compreendendo obrigações e sérias responsabilidades”. (PISTRAK, 2003, p. 42). Para Camini (2009, p. 188), “o princípio da auto-organização dos educandos visa ao exercício da condução da sala de aula, da escola e, conseqüentemente, da sociedade, vivendo formas democráticas de trabalho que marcarão sua vida e sua formação”. Portanto, a totalidade da vida social, a partir da vida coletiva, tem como processo e fundamento a formação do novo homem. Neste sentido,

Se quisermos que as crianças conservem o interesse pela escola, considerando-a como seu centro vital, como sua organização, é preciso nunca perder de vista que as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, mas já os são, tendo já seus problemas, interesses, objetivos, ideais, já estando ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade. (PISTRAK, 2003, p. 42-43).

As dificuldades a romper os interesses materiais presentes na sociedade são enormes, pois há o choque de interesses e as lutas internas na edificação da nova escola. “Mas para a escola ser um espaço de construção do novo homem e da nova mulher desafia-se a superar hábitos negativos como os do individualismo, da acomodação e da corrupção que atrapalham o avanço de processos dialógicos, democráticos e participativos”. (WEIDE, 1998, p. 78).

Na caminhada de Educação do MST enfrenta-se experiências novas que vão sendo construídas em meio as dificuldades, a criatividade e muita disposição. Luta-se por um novo tipo de escola e novas formas de se educar. Escola que, partindo da realidade, faz aluno e professor companheiros que trabalham juntos na construção de um processo dialógico de compreensão, de subjetividade, de solidariedade, de responsabilidade e de amor às causas do povo através do compromisso social com a luta pela terra e pela construção de um novo homem e de uma nova mulher. (WEIDE, 1998, p. 76).

Estes coletivos estão presentes no cotidiano do acampamento e nas escolas. Portando, na totalidade da vida nos acampamentos desde sua origem. Segundo Weide, “ocupações e Acampamentos de Sem-Terra são atitudes coletivas que têm a intenção de resolver um problema social, fruto da concentração e da falta de uma política agrária que resgate o valor social da terra”. (WEIDE, 1998, p. 72).

Conclusão

O acampamento é o símbolo da luta da reforma agrária. Nele, as esperanças se encontram como projeto social e de uma nova sociabilidade para as famílias que se encontram acampada. Na cidade de lona preta, erguida sob a perspectiva de obter a terra sonhada e realizar a emancipação econômica, as famílias se encontram e, neste encontro, começam a semear os sonhos. Ocupar, produzir, resistir passa a ser uma necessidade para a realização da reforma agrária. Para o MST, ocupar a terra do latifúndio é o primeiro passo para sonhar com a terra que pode se materializar com a reforma agrária e a obtenção da posse da terra. Produzir é fazer jorrar o alimento que brota da terra e alimenta o grupo social estabelecido sobre a terra. Resistir é aguentar todo o sofrimento da vida sob lona preta, mas é muito mais, é resistir na ocupação para não perder a dignidade e ser mais um que vive a margem da sociedade.

Desses três elementos nasce uma simbologia para se identificar também com as lutas da reforma agrária, que é a escola no acampamento. A escola é fruto da resistência dos que vivem em acampamentos na espera da reforma agrária. Mas não é uma escola comum, é uma escola pública nas áreas de ocupação e que traz as marcas do Movimento e a itinerância como princípio, pois sua lógica reside na existência local do acampamento, cuja materialidade é incerta, pois depende das condições locais de luta. Com isso, a escola, denominada de Escola Itinerante, cumpre com sua função social na existência do acampamento, mas se move também na medida em que o Movimento move novas ações como parte estratégica das lutas sociais por reforma agrária. Nesse movimento está a ocupação de praças de pedágio, ocupações de prédios públicos, encontros e congressos de Sem Terra, dentre outros. Sua natureza pedagógica se faz presente tanto em conteúdos pedagógicos como ato de resistência expressa nessas ações. Dessa forma, a escola itinerante se movimenta com o Movimento em uma sincronia que se movem as estruturas com uma única finalidade, que é a reforma agrária. Neste processo, a escola itinerante cumpre com seu propósito que é se construir,

campo pedagógico, uma pedagogia com conteúdos que ressignificam as lutas sociais e da resistência na espera da reforma agrária.

Logo, a reforma agrária está no horizonte dos movimentos sociais que lutam para conquistar a terra e realizar o processo democrático de descentralização da propriedade da terra. No MST, sua materialidade parte da ocupação do latifúndio e a instalação da cidade de lona preta para obrigar as famílias e, com isso, ressignificar a existência da vida material como proprietários coletivos dos meios de produção e, neste processo, produzirem sua própria existência e a reproduzir a cultura do Movimento, dentre elas, a educacional. Neste processo, a escola itinerante como elemento central de resistência na espera da reforma agrária.

Referências:

- BAHNIUK, Caroline. Educação, **Trabalho e Emancipação Humana**: Um Estudo Sobre as Escolas Itinerantes dos Acampamentos do MST. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BRASIL. LDB 5692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso: 15 mai 2021.
- CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante dos acampamentos do MST**: um contraponto à escola capitalista? Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. 7. ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação como Forma de Acesso à Terra**. XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf Acesso: 10 abr 2015.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In. PISTRÁK, Moisey M. (Org.). **A Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 9-103.
- GEHRKE, Marcos. **Escrever para Continuar Escrevendo: As Práticas de Escrita da Escola Itinerante do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- IURCZAKI, Adelmo. **Escola Itinerante: Uma Experiência de Educação do Campo no MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.
- KRUG, Andréa. **Ciclos de formação**: uma proposta transformadora. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- LUCIANO, Charles Luiz Policena. **A luta do MST no capitalismo como uma prática educativa com perspectiva de desenvolvimento**: A institucionalização da Escola Itinerante e a provisoriabilidade do acampamento. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.
- MORRISAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- MST. Como fazer a escola que queremos. **Caderno de Educação** nº 01, de 1992. In. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. 1ª Impressão, 2005.
- MST. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. nº 66, setembro de 1987.
- MST. **Plano de Estudos da Escola Itinerante**. Cascavel: Unioeste, 2013.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do campo**: embate entre Movimento Camponês e Estado. Educ. Rev. [online]. 2012, vol.28, n.1, pp. 459-490. ISSN 0102-4698.

STÉDILE, João Pedro; FREI SÉRGIO. **A luta pela Terra no Brasil**, São Paulo, Scritta, 1993.

TAKAU JUNIOR, Iokisa. **Escola itinerante**: escola, Estado e MST no espaço do acampamento. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-27.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer nº 1.313/96**, Conselho Estadual do Rio Grande do Sul – CEDD, 1996.

WEIDE, Darlan Faccin. **Quefazer pedagógico em acampamento de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

Notas

¹ Doutor em Educação (UFSCar). Professor do Colegiado de História da UNESPAR – Campus de Paranavaí. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (UFSCar) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação na Diversidade do Campo (UNESPAR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9250782741810709>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7698-4064>. E-mail: vanderlei.amboni@unespar.edu.br.

Recebido em: 03 de out. 2022
Aprovado em: 28 de maio 2023